

## Rede recém-criada visa fortalecer e preservar lugares de memória

Por Rafael Carneiro



No último dia 23/3, nove grupos que trabalham com sítios de memória, se reuniram e criaram a **REBRALUME** (Rede Brasileira de Lugares de Memória), que atuará na preservação e no fortalecimento desses espaços. Foram definidas também as primeiras ações da rede, que conta com membros vindos de vários estados do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraíba. Os trabalhos devem começar efetivamente a partir do segundo semestre deste ano.

O documento de criação da **REBRALUME** foi assinado em um endereço simbólico no campo dos direitos humanos: a futura sede do Memorial da Luta pela Justiça. Situado no número 1.249 da avenida Brigadeiro Luís Antônio, em São Paulo, o local abrigou a Auditoria Militar Federal de São Paulo durante o período da Ditadura Militar. Dentre os presentes estavam representantes da ex-Comissão Municipal da Verdade da cidade de Petrópolis, que reivindicou o tombamento e a conversão em espaço de memória do imóvel conhecido como Casa da Morte de Petrópolis; da Casa do Povo de São Paulo; do Centro de Memória do Sul Fluminense – Genival Luiz da Silva; do Comitê Popular de Santos Memória, Verdade e Justiça; do Memorial da Resistência de São Paulo; do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas da Paraíba; do Movimento Ocupa DOPS do Rio de Janeiro; do Museu da Imigração do Estado de São Paulo; e do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo.

Durante três dias, representantes de cada grupo participaram de um grande encontro realizado em São Paulo com direito a palestras, debates e visitas a espaços ligados à memória e aos direitos humanos. Na quinta-feira (21), o primeiro dia, os participantes foram contemplados com uma palestra de Marlon Weichert, procurador regional da república do Ministério Público Federal. Weichert trabalha,

### Núcleo de Preservação da Memória Política

Avenida Brigadeiro Luís Antônio nº2050, Bloco B, Conjunto 141, Jardim Paulista, CEP 01318-912, São Paulo, SP  
www.nucleomemoria.org – contato@nucleomemoria.org – Tel. 55.11.2306-4801

principalmente, com temas ligados à justiça de transição (direito à verdade, à responsabilização e à memória em relação a crimes contra a humanidade em períodos pós ditatoriais e/ ou pós conflito). Em uma de suas falas, ele ressaltou que um dos grandes problemas do Brasil, no que se refere aos crimes cometidos durante a Ditadura Militar, é que o país não teve uma política de transição para a democracia, ao contrário do que ocorreu com outros países sul-americanos.

“Diferentemente dos nossos vizinhos que tiveram regimes ditatoriais, a gente não teve uma política de transição. Na verdade, tivemos algumas medidas esparsas e onde isso se mostra mais gritante é na responsabilidade criminal. Todos os países, sem exceção, que tinham um estatuto de impunidade, o reviram. O Brasil é o único país que continua aplicando uma Lei de Anistia editada durante a Ditadura Militar e isso impede um acerto de contas com o passado”, afirmou Weichert.

Após a palestra, todos foram convidados para fazer uma visita ao Museu da Imigração. Uma verdadeira aula que aguçou ainda mais a curiosidade de quem estava ali presente. A quinta-feira terminou com a apresentação de cada um dos grupos, que contaram um pouco sobre seus trabalhos e os desafios que enfrentam em seus projetos.



O segundo dia começou cedo, com uma visita guiada ao Memorial da Resistência de São Paulo. Houve também a continuação das apresentações de projetos e o início do debate sobre a nova rede que surgiria ao final dos três dias de encontro. Para terminar a sexta-feira, foi realizada uma visita à Casa do Povo, centro cultural localizado no bairro do Bom Retiro e que trabalha noções de cultura, memória e comunidade.

No último dia, além da visita ao imóvel que irá abrigar o Memorial da Luta por Justiça, as discussões sobre a criação da rede de lugares de memória e como seria a sua organização continuaram. Após mais de uma hora de debates nasceu o **REBRALUME**, com a missão de promover os valores e princípios democráticos mediante a recuperação, valorização, construção e difusão das memórias coletivas sobre violações aos Direitos Humanos e resistências ocorridas ao longo da história

brasileira. Além disso, a rede terá o papel de fomentar a cultura da não-repetição de situações que ferem a justiça e os direitos dos cidadãos.



Jessie Jane de Souza é ex-presa política da Ditadura Militar e esteve no encontro representando o Movimento Ocupa DOPS, do Rio de Janeiro. Para ela, um dos grandes aprendizados que tirou dos três dias foi a importância de se articular e ter estratégias para tal. Segundo Jessie Jane, os grupos e coletivos ligados aos direitos humanos de São Paulo sabem fazer isso melhor do que os do Rio, que “ainda têm uma luta muito fragmentada”.

Dias intensos e enriquecedores. É assim que definiu Alane Lima, representante do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, no município de Sapé, na Paraíba. “Foi o início de um levante muito grande de resistência, de luta e de valorização da história do povo. A gente conseguiu construir uma relação de parceiros porque atuávamos cada um em sua região, em sua comunidade de maneira separada. Esse encontro possibilitou a aproximação dessas pessoas que batalham por esses memoriais, culminando na criação de uma rede”, disse.